RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS
2021

ASSOCIAÇÃO DA CRECHE DE BRAGA

Instituição Particular de Solidariedade Social

Índice

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 3
1. Atividade da Creche 4
2. Impacto da Covid-19 8
3. Informações exigidas por diplomas legais 9
4. Factos relevantes após o termo do período 9
5. Objetivos e políticas de gestão dos riscos e incertezas 9
6. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras 10
7. Proposta de aplicação dos resultados 10
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – Período 2020 11
Balanço em 31 de dezembro de 2021 12
Demonstração dos Resultados por Naturezas no período findo em 31 de dezembro de 2021 13
Demonstração dos Resultados por Funções no período findo em 31 de dezembro de 2021 14
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no período findo em 31 de dezembro de 2021 15
Demonstração dos Fluxos de Caixa no período findo em 31 de dezembro de 2021 16
Anexo em 31 de dezembro de 2021 17
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS 36

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2021

O ano de 2021 tal como o anterior foi um ano fora do comum, condicionado pela Pandemia. Foi necessária uma grande coesão entre todos, espírito de equipa, dedicação... para responder adequadamente aos utentes, no rigoroso cumprimento do Plano de Contingência emanado pela DGS e Segurança Social.

Como é do conhecimento de todos, a Associação da Creche de Braga (ACB) teve de encerrar por alguns períodos, colocando os colaboradores em *Lay-off*.

Com o acentuar da pandemia, os efeitos colaterais da mesma provocaram, por vezes, quebra de rendimentos familiares, face aos quais a ACB não ficou indiferente. Dentro das nossas possibilidades ajustou a comparticipação familiar durante os períodos de encerramento, promovendo descontos nas mensalidades.

Para colmatar a ausência de Colaboradores (positivos ou em confinamento) tivemos a ajuda da medida MREES que nos permitiu a contratação de algum pessoal.

Em termos de investimentos que serão mais a frente explanados gostaríamos de salientar a obra realizada na recuperação do rés-do-chão da Creche Pólo 2 (antigo Berçário), no valor de 176.585,84€.

É de realçar que apesar, do que atrás foi referido, encerramos o ano com uma receita de 3.247.559,99€ e uma despesa de 3.099.687,60€, cujo resultado líquido é de 147.872,39€.

O presente Relatório de Atividades e Contas de 2021 é, pois, um meio para análise do trabalho desenvolvido, bem como a aferição do grau de realização dos objetivos previamente estabelecidos, com base no relatório de cada resposta social.

1. Atividade da Creche

A Associação da Creche de Braga desenvolve as seguintes atividades:

- Creche: Crianças dos 4 meses aos três anos - esta resposta social existe no estabelecimento da Sede e em Palmeira e dá resposta a 304 utentes;
- Pré-escolar: Crianças dos 3 aos 6 anos - esta resposta social funciona no estabelecimento da Sede e em Palmeira e dá resposta a 261 utentes;
- ATL: Crianças dos 6 aos 10 anos, esta resposta social existe no estabelecimento da Sede e em Palmeira e dá resposta a 116 utentes;

- Centro de Atividades e Capacitação para Inclusão de Jovens e Adultos com Deficiência Intelectual (CACI) – 60 Utentes, com idades compreendidas entre 21 anos aos 62 anos. Resposta social a funcionar no Centro D. João Novais e Sousa.

A Associação da Creche de Braga oferece assim um serviço de qualidade na educação, guarda, socialização e integração dos 741 utentes.

Para tal necessita de:

- Instalações e equipamentos;
- Recursos humanos adequados e habilitados, de acordo com as necessidades existente. Tais como: educadoras de infância e respetivos auxiliares, monitores, serviços de manutenção e secretaria, técnicos superiores de acordo com as exigências da Segurança Social, motoristas...

Recursos financeiros, ajustados ao desenvolvimento das atividades e que permitam satisfazer atempadamente tanto as despesas correntes, bem como as de investimento. Agora de uma forma sucinta explanamos o que foi levado a cabo durante o ano de 2021:

I. Instalações e equipamentos:

a) Estabelecimento Sede

Foram executadas obras e reparações consideradas urgentes, como:

- **Pinturas:**
  - Na Fachada da Instituição
  - Na cozinha, copas e despensa
  - No refeitório do Pré-escolar
  - No Gabinete da Direção, portaria e a zona das escadas de acesso a Creche
- **Aplicação de Pavimento Vinílico:**
  - Gabinete da Direção
- **Sistema de Vídeo e de Emergência na Creche Pólo 2** – implementado de novo;
- **Alteração da caixilharia no Edifício da Creche Pólo 2,** incluindo a porta da Cangosta da palha;
- **Colocação de uma nova Central de Incêndio na Creche Pólo 2;**
- **Remodelação Total do piso do Rés-do Chão do Berçário** - 2 salas, 1 refeitório, 1 copa e 2 casas de banhos;

- **Remodelação e Manutenção do Parque Infantil do Pré-escolar** - colocação de piso novo amortecedor, colocação de relva artificial na parte dos baloiços;
- **Equipamento Informático**
  - 1 computador para os serviços administrativos;
- **Material Didático**
  - Aquisição de diverso material para cada resposta social (Jogos, puzzles, Triciclos, legos, geoplanos, mesas, cadeiras, bolas, carrinhos, etc.).
- **Substituição dos estores do refeitório do Pré-escolar.**

b) Estabelecimento de Palmeira

- **Material Didático**
  - Aquisição de diverso material para cada resposta social (jogos, puzzles, triciclos, legos, geoplanos, mesas, cadeiras, bolas, carrinhos, etc.).
- **Estores** - Colocação de novos estores nas salas e na tesouraria na creche do Infantário José Cunha Oliveira e Graça;
- **Relva Sintética** – colocação no ringue e na rotunda que está na parte do infantário;
- **Bomba Circuladora do sistema de aquecimento** – substituição da existente;
- **Central de gás e incêndio** – reparação.

c) Estabelecimento Centro D. João Novais e Sousa

Obras e manutenção:

- Arranjo do taco no gabinete e corredor;
- Substituição do corrimão das escadas do ringue e manutenção do corrimão das escadas de pedra no recreio coberto.

O ano de 2021 foi como todos sabemos um ano atípico, devido à Pandemia. Uma grande parte das Atividades programadas, as mais significativas para a população atendida no Novais, tais como; cantar dos Reis, Feirinhas, Braga Romana, Colónias de Férias - na praia, S. João... ficaram por concretizar.

Em julho, com todos os cuidados, conseguimos dar-lhes um miminho antes de irem para férias - realizamos uma estadia em Vilarinho das Furnas – Gerês, durante 4 dias. Foi "obra" porque nem refeições a Pousada servia! Mas a alegria deles tudo compensa!

Apesar do vírus, continuamos a lutar, de uma forma persistente, pela criação do Lar Residencial para aqueles que deixarão de ter suporte familiar na ausência dos pais.

Neste sentido,

- - Por iniciativa do Dr. José Alberto Oliveira foi constituído um grupo de trabalho, para angariação de fundos, composto pelo próprio, Dra. Carla Sepúlveda, Rui Dória, Lucinda Vilaverde e Carina Oliveira. Tivemos um Jantar Solidário programado que teve de ser cancelado porque a situação epidemiológica se agravou;
- Desta parceria, com protocolo assinado, resultou uma atividade altamente gratificante, em tempos de pandemia. Foi a ida à Quinta do Dr. José, à nossa Quinta, como eles referem, uma vez por semana, tratar da plantação mirtilos. Não cabe no âmbito desta Assembleia descrever esta "pequena/enorme" alegria da nossa GENTE, que nos surpreendeu a todos com o sentido do trabalho, organização, motivação, responsabilidade... O Dr. José para ajudar à construção do LAR deposita, na conta da angariação de fundos, 300€ mensais (início - outubro/2021);
- Temos a decorrer a iniciativa – Saco Solidário – através das Dras Narcisa e Mimi do Rotary. Conseguiram tecidos, via donativo, com os quais confecionamos sacos que estão à venda em algumas superfícies comerciais;
- Foi aprovada a candidatura ao Programa da Eficiência Energética no valor de 70.000€;
- Obtivemos do INR – Instituto Nacional de Reabilitação – 1.827, 89€;
- Gala Fado Solidário, em outubro – 3.875€;
- Recebemos pelo Registo das Entidades Candidatas a Apoios Municipais (RECAM) – Município de Braga – 40.000€, para obras;
- Angariamos 4.997€ (Quinta, Saco Solidário, Farricocos, donativos...);
- Em dezembro participamos na iniciativa dos comerciantes da Rua dos Biscainhos e conseguimos um computador, no valor de 450€;
- Feirinha de Natal 6.000€;
- No final de 2021, a conta de angariação de fundos do Novais tinha 208.554€.

Acreditamos que em 2022 vamos dar início da remodelação Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) do Novais, pois está prometida uma verba de 413.000€,

através do Programa 2020, da CIM Cávado. A referida remodelação vai possibilitar a transição de todos os Clientes (60) para esta nova/acrescida Ala Oficinal, de molde a podermos iniciar a criação do LAR Residencial. Vai ser difícil, porque a candidatura ao Programa Pares 03 veio indeferida, por falta de verba, mas com a ajuda de Todos vamos conseguir!

Queremos expressar, mais uma vez, a nossa gratidão a todos os que colaboram connosco nesta difícil "empreitada".

II. Recursos Humanos e Formação Profissional

O Quadro de Pessoal está ajustado as nossas necessidades e conforme a exigências legais.

Durante o ano de 2021 foram feitas várias Ações de Formação tais como:

FORMAÇÕES AO PESSOAL

Estabelecimento	Data	Duração	Entidade	Nome da formação
Palmeira	Fevereiro	2 Horas	F3m	FORMAÇÃO PIU INFÂNCIA (todas as educadoras/ responsáveis de sala)
Sede	Fevereiro			
Palmeira	03 de março	3 Horas	F3m	*"Jornadas da infância: ensinar e aprender em tempo de COVID-19"* (todas as educadoras)
Sede	03 de março			
Palmeira	29 de abril	3 Horas	ORTIGAQUAL	Formação HACCP (pessoal dos SGM)
Sede	25 de novembro	3 Horas		

III. Recursos Financeiros:

Em relação a este ponto os nossos objetivos foram atingidos, conseguimos uma gestão equilibrada, que gerou um fluxo de caixa operacional positivo, assim como um resultado líquido positivo de 147.872,39 €.

2. Impacto da Covid-19

Os anos de 2020 e de 2021 ficam marcados por uma crise pandémica, a escala mundial, originada pelo aparecimento e disseminação do vírus SARS-CoV-2 (Covid-19). Esta crise desencadeou significativos impactos negativos em termos humanos, sociais, económicos e financeiros.

A atividade económica foi sujeita a medidas restritivas governamentais que foram implementadas como forma de contenção do nível de contágios do vírus. Estas medidas limitaram a atividade das diferentes economias e respetivo tecido empresarial, gerando degradação do nível de atividade e consequente deterioração dos níveis de rendibilidade.

Neste contexto e considerando os impactos ocorridos, a Entidade mantem medidas de contingência e de prevenção, e os outros mecanismos disponíveis que visam minimizar os impactos negativos potenciais para a Entidade, para os colaboradores e para as PME.

3. Informações exigidas por diplomas legais

A Direção informa de que a Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei nº 554/80, de 7 de novembro.

Nos termos do art.º 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados

4. Factos relevantes após o termo do período

Não são conhecidos, à data, quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021.

5. Objetivos e políticas de gestão dos riscos e incertezas

Para além dos riscos que possam decorrer de uma eventual retração da economia em virtude dos efeitos do Coronavírus (Covid-19) e do *Brexit*, não são, nesta altura, previsíveis outros, que possam pôr em causa a atividade ou a prossecução dos objetivos da Entidade.

No contexto económico e financeiro em que a Entidade está inserida, é fundamental a existência de uma estratégia de gestão do risco totalmente integrada na estratégia global da organização, que aumente o seu grau de resiliência e a torne gradualmente imune a imprevistos e efeitos adversos. É desenvolvido um trabalho de identificação prévia dos riscos classificados como sendo os mais críticos, e são definidas estratégias de gestão do risco com vista à implementação de procedimentos de controlo, que o diminuam para um nível aceitável. Através da implementação de procedimentos de controlo, a Entidade procura assegurar a eficiência e eficácia das suas operações, assim como a salvaguarda dos ativos, a fiabilidade da informação financeira e o cumprimento das leis e normas. O objetivo final será maximizar o *trade-off* entre os riscos e as margens de negócio, de modo a atingir, de forma sustentada, os objetivos estratégicos da Entidade.

6. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Direção, em reunião de 21 de março de 2022.

7. Proposta de aplicação dos resultados

A Associação da Creche de Braga apresentou um resultado líquido do período positivo no valor de 147.872,39€. A Direção propõe que o resultado líquido no período de 2021 seja mantido na rubrica de Resultados Transitados.

Braga, 21 de março de 2022

A Direção

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – Período 2021

Balanço em 31 de dezembro de 2021

RUBRICAS	Notas	Datas 31-12-2021	31-12-2020
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	2.686.071,28	2.585.592,73
Ativos intangíveis	5	9.725,66	11.108,26
Subtotal		2.695.796,94	2.596.700,99
Ativo corrente			
Inventários	6	4.529,71	4.015,24
Créditos a receber	7	18.804,96	17.845,57
Estado e outros entes públicos	8	9.337,49	48,07
Diferimentos	9	7.458,95	13.338,99
Outros ativos correntes	10	3.114,00	22.792,87
Caixa e depósitos bancários	11	546.318,65	503.318,97
Subtotal		589.563,76	561.359,71
Total do Ativo		**3.285.360,70**	**3.158.060,70**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12	25.535,28	25.535,28
Resultados transitados	12	1.840.996,00	1.636.776,71
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	13	525.935,14	541.954,50
Resultado líquido do período		147.872,39	204.937,51
Total dos fundos patrimoniais		**2.540.338,81**	**2.409.204,00**
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	14	144.641,91	169.956,69
Subtotal		144.641,91	169.956,69
Passivo corrente			
Fornecedores	15	50.000,84	45.016,22
Estado e outros entes públicos	8	116.946,05	111.708,56
Financiamentos obtidos	14	24.626,19	23.937,60
Diferimentos	9	1.760,00	1.780,00
Outros passivos correntes	16	407.046,90	396.457,63
Subtotal		600.379,98	578.900,01
Total do passivo		**745.021,89**	**748.856,70**
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		**3.285.360,70**	**3.158.060,70**

Braga, 21 de março de 2022

A Direção

A Contabilista Certificada, n.º 55.926

Demonstração dos Resultados por Naturezas no período findo em 31 de dezembro de 2021

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS 2021	2020
Vendas e serviços prestados	17	750.570,59	763.429,76
Subsídios, doações e legados à exploração	18	2.435.225,11	2.143.348,65
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(106.222,33)	(98.377,90)
Fornecimentos e serviços externos	19	(239.925,40)	(235.077,31)
Gastos com o pessoal	20	(2.594.228,25)	(2.324.013,71)
Outros rendimentos	21	61.681,13	63.352,90
Outros gastos	22	(41.641,44)	(3.342,61)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		265.459,41	309.319,78
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4, 5	(113.628,34)	(99.452,02)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		151.831,07	209.867,76
Juros e rendimentos similares obtidos	23	83,16	83,16
Juros e gastos similares suportados	23	(4.041,84)	(5.013,41)
Resultados antes de impostos		147.872,39	204.937,51
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		**147.872,39**	**204.937,51**

Braga, 21 de março de 2022

A Direção

A Contabilista Certificada, n.º 55.926

Demonstração dos Resultados por Funções no período findo em 31 de dezembro de 2021

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Berçário-55	Creche-220	Jardim-169	ATL-65	Creche-44	Creche-66	Jardim-75	ATL-41	CAO-60	PERÍODOS 2021	PERÍODOS 2020
Vendas e serviços prestados	17	47.820,66	132.134,49	173.114,16	46.440,21	51.545,59	118.769,15	93.194,30	42.145,84	45.606,19	750.570,59	763.429,76
Custo das vendas e dos serviços prestados		(6.736,95)	(14.576,31)	(22.293,18)	(6.861,77)	(5.842,89)	(10.261,99)	(11.685,00)	(5.842,40)	(22.121,84)	(106.222,33)	(98.377,90)
Resultado bruto											644.348,26	665.051,86
Outros rendimentos		214.905,71	477.711,21	515.561,03	63.810,34	193.424,83	276.702,98	207.203,39	48.934,63	496.085,28	2.496.989,40	2.206.794,71
Gastos de distribuição											-	-
Gastos administrativos		(257.376,06)	(578.487,83)	(647.394,02)	(85.788,79)	(222.378,31)	(372.007,19)	(280.794,92)	(71.905,51)	(426.657,36)	(2.947.781,99)	(2.658.549,04)
Gastos de investigação e desenvolvimento		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros gastos		(3.234,17)	(6.468,00)	(10.701,69)	(3.822,00)	(2.410,80)	(4.468,80)	(4.622,60)	(2.410,80)	(3.395,67)	(41.640,44)	(3.342,61)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)											151.914,23	209.950,92
Gastos de financiamento (líquidos)	23	(313,59)	(627,00)	(1.097,40)	(370,59)	(253,76)	(433,20)	(467,40)	(233,70)	(325,44)	(4.040,84)	(5.013,41)
Resultados antes de impostos											147.872,39	204.937,51
Imposto sobre o rendimento do período											-	-
Resultado líquido do período		19.671,98	8.322,22	34.831,70	4.401,23	20.593,80	18.258,62	31.292,19	6.859,71	69.693,96	147.872,39	204.937,51

Braga, 21 de março de 2022

A Direção

A Contabilista Certificada, n.º 55.926

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no período findo em 31 de dezembro de 2021

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe				Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021 6		25.535,28	1.636.776,71	541.954,50	204.937,51	2.409.204,00
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	13	-	204.219,29	(16.019,36)	(204.937,51)	(16.737,58)
7		-	204.219,29	(16.019,36)	(204.937,51)	(16.019,36)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 8					147.872,39	147.872,39
RESULTADO EXTENSIVO 9=7+8					147.872,39	
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						
10		-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2021 6+7+8+10		**25.535,28**	**1.840.996,00**	**525.935,14**	**147.872,39**	**2.540.338,81**

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe				Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020 1		25.535,28	1.589.370,48	557.973,86	47.406,23	2.220.285,85
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	13	-	47.406,23	(16.019,36)	(47.406,23)	(16.019,36)
2		-	47.406,23	(16.019,36)	(47.406,23)	(16.019,36)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 3					204.937,51	204.937,51
RESULTADO EXTENSIVO 4=2+3					204.937,51	
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						
5		-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2020 6=1+2+3+5		**25.535,28**	**1.636.776,71**	**541.954,50**	**204.937,51**	**2.409.204,00**

Braga, 21 de março de 2022

A Direção

A Contabilista Certificada, n.º 55.926

Demonstração dos Fluxos de Caixa no período findo em 31 de dezembro de 2021

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS 2021	2020
Fluxos de caixa das atividade operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		749.088,59	765.854,08
Pagamento a fornecedores		(544.705,09)	(381.338,58)
Pagamentos ao pessoal		(1.652.699,61)	(1.559.603,06)
Caixa gerada pelas operações		(1.448.316,11)	(1.175.087,56)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		1.722.419,06	1.482.830,49
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		274.102,95	307.742,93
Fluxos de caixa das atividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	4	(202.518,40)	(45.194,17)
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		83,16	83,16
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		(202.435,24)	(45.111,01)
Fluxos de caixa das atividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(24.626,19)	(23.937,60)
Juros e gastos similares		(4.041,84)	(5.013,41)
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		(28.668,03)	(28.951,01)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		**42.999,68**	**233.680,91**
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	**11**	**503.318,97**	**269.638,06**
Caixa e seus equivalentes no fim do período	**11**	**546.318,65**	**503.318,97**

Braga, 21 de março de 2022

A Direção

A Contabilista Certificada, n.º 55.926

Anexo em 31 de dezembro de 2021

1. Identificação da Entidade

A "ASSOCIAÇÃO CRECHE DE BRAGA" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República n.º 18 de 25 de janeiro de 2008, Série II, com sede em Rua do Raio nº235, 4710-923-Braga. Tem como atividade Educação de Infância e Jovens para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- A prevenção e a reparação de situações de carência e de desigualdade socioeconómica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais;
- A integração e a promoção comunitárias das pessoas e o desenvolvimento das respetivas capacidades;
- Assegurar especial proteção aos grupos mais vulneráveis, nomeadamente bebés, crianças, adolescentes, jovens, pessoas com deficiência e idosos;
- Dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos; e
- Facultar todo o tipo de respostas de ação social ao seu alcance.

Apoiar, nomeada e principalmente, na educação de bebés, crianças, adolescentes e jovens, contribuindo para o seu crescimento integral, a nível físico, pessoal, familiar, mental/intelectual, psicológico, emocional/afetivo, ético/moral, religioso e social.

As presentes demonstrações financeiras da entidade são as suas demonstrações financeiras individuais.

Os membros da Direção, que assinam o presente relatório, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da entidade.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) publicada pelo Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março e republicada pelo Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, nos termos do Regime Contabilístico para as Entidades do Setor Não lucrativo

que foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo II do referido diploma, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

3.1.1. Continuidade

A Direção procedeu à avaliação da capacidade da Entidade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins. Em resultado da avaliação efetuada, a Direção concluiu que a Entidade dispõe de recursos adequados para manter a atividade, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

Nesta conformidade, as demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte de 1 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade.

3.1.2. Regime de acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo reconhecidos contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos

com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas respetivas contas das rubricas "Outros ativos correntes", "Outros passivos correntes" e "Diferimentos".

3.1.3. Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6. Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgava, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

a) A natureza da reclassificação;

b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
c) Razão para a reclassificação.

A comparabilidade da informação interperíodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração

3.2.1. Ativos fixos tangíveis

Os "*Ativos fixos tangíveis*" encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente reconhecido, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são reconhecidas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de possibilitar atividades presentes e futuras adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	indefinida
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	8
Outros ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas *"Outros rendimentos"* ou *"Outros gastos"*.

3.2.2. Ativos intangíveis

Os *"Ativos intangíveis"* encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Outros ativos intangíveis	3

3.2.3. Inventários

Os *"Inventários"* estão reconhecidos ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é reconhecida como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.4. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiras são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
    - Alterações no risco segurado;
    - Alterações na taxa de câmbio;
    - Entrada em incumprimento de uma das partes;
    - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
        - Alterações no preço do bem locado;
        - Alterações na taxa de câmbio
        - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

A Entidade utiliza o modelo do custo na mensuração de outros investimentos financeiros, nomeadamente a participação em outras entidades e onde não tem condições para determinar o justo valor de forma fiável, designadamente participações financeiras em entidades ou fundos com valores mobiliários não cotados em mercado regulamentado.

De acordo com o modelo do custo, os investimentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu custo de aquisição, que inclui custos de transação, sendo subsequentemente o seu valor diminuído por eventuais perdas por imparidade.

Associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de Associados/membros que se encontram com saldo no final do período, sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade, estão reconhecidos no ativo pela quantia realizável líquida.

Créditos a receber e Outros ativos correntes

Os *"Créditos a receber"* e as *"Outros ativos correntes"* encontram-se reconhecidas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As *"Perdas por Imparidade"* são reconhecidas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a

receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período. Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica *"Caixa e depósitos bancários"* incluí caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas reconhecidas em *"Fornecedores"* e *"Outras passivos correntes"* são reconhecidas pelo seu valor nominal.

3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica *"Fundos"* constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os *"Fundos Patrimoniais"* são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos pela Entidade como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Entidade ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Entidade, sendo objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas unicamente objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.2.7. Financiamentos obtidos

Empréstimos obtidos

Os "*Empréstimos obtidos*" encontram-se reconhecidos, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "*Encargos financeiros*" de "*Empréstimos*

obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. Os rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Os "*Encargos financeiros*" não relacionados com ativos são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "*Juros e gastos similares suportados*".

3.2.8. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, incluí as tributações autónomas sempre que aplicável.

Os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 do Código do IRC encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87.º. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no art.º 88.º do Código do IRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2019 a 2022 ainda poderão estar sujeitas a revisão, da qual poderão resultar, devido a diferentes interpretações da legislação, correções da matéria coletável dos diferentes impostos, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

3.2.9. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

3.2.10. Subsídios e outros apoios de entidades públicas

A Entidade reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos equiparáveis pelo seu justo valor quando existe uma segurança razoável de que o subsídio será recebido, independentemente do seu recebimento.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio "Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais", sendo subsequentemente imputados na demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e reconhecidos no resultado do período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são apresentados no balanço como componente do capital próprio, líquidos do imposto a pagar, nos termos da nota de enquadramento da conta "593 – Subsídios", sendo imputados a rendimentos do período na proporção das depreciações dos ativos subsidiados, efetuadas em cada período. Porém, e uma vez que os subsídios estão sujeitos a tributação, o aumento do capital próprio apenas se circunscreve à quantia do subsídio deduzida da quantia do imposto que lhe está associado (a reconhecer na rubrica de "ajustamentos em subsídios", por crédito de uma sub-rubrica de "outros devedores e credores"). Assim, em cada um dos períodos em que o subsídio é reconhecido como rendimento na demonstração dos resultados, é também reconhecido o correspondente imposto.

No caso de subsídios relacionados com ativos não depreciáveis, estes são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são reconhecidos como passivos, na rubrica "financiamentos obtidos".

3.2.11. Fluxos de caixa

Na demonstração dos fluxos de caixa a Entidade classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa e depósitos à ordem.

Os fluxos de caixa encontra-se dividida em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a financiamentos obtidos.

3.2.12. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos apresentados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Direção foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, análises de imparidade nas contas a receber.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

3.2.13. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de Balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do Balanço são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Os eventos após a data do Balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do Balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

4. Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo em 01/01/2021	Aquisições / Aumentos	Saldo em 31/12/2021
Custo			
Edifícios e outras construções	3.887.041,32	136.444,24	4.023.485,56
Equipamento básico	603.957,85	69.324,36	673.282,21
Equipamento de transporte	123.463,40	-	123.463,40
Equipamento administrativo	122.521,80	448,99	122.970,79
Outros ativos fixos tangíveis	189,36	-	189,36
Investimentos em curso	8.495,00	6.506,70	15.001,70
Total	**4.745.668,73**	**212.724,29**	**4.958.393,02**
Depreciações acumuladas			
Edifícios e outras construções	1.456.435,29	84.626,13	1.541.061,42
Equipamento básico	473.481,39	25.795,31	499.276,70
Equipamento de transporte	123.463,40	-	123.463,40
Equipamento administrativo	106.506,56	1.824,30	108.330,86
Outros ativos fixos tangíveis	189,36	-	189,36
Total	**2.160.076,00**	**112.245,74**	**2.272.321,74**
		Quantia escriturada	**2.686.071,28**

Descrição	Saldo em 01/01/2020	Aquisições / Aumentos	Saldo em 31/12/2020
Custo			
Edifícios e outras construções	3.887.041,32	-	3.887.041,32
Equipamento básico	557.181,65	46.776,20	603.957,85
Equipamento de transporte	123.463,40	-	123.463,40
Equipamento administrativo	122.436,78	85,02	122.521,80
Outros ativos fixos tangíveis	189,36	-	189,36
Investimentos em curso	8.495,00	-	8.495,00
Total	**4.698.807,51**	**46.861,22**	**4.745.668,73**
Depreciações acumuladas			
Edifícios e outras construções	1.383.669,46	72.765,83	1.456.435,29
Equipamento básico	449.818,08	23.663,31	473.481,39
Equipamento de transporte	123.463,40	-	123.463,40
Equipamento administrativo	104.866,28	1.640,28	106.506,56
Outros ativos fixos tangíveis	189,36	-	189,36
Total	**2.062.006,58**	**98.069,42**	**2.160.076,00**
		Quantia escriturada	**2.585.592,73**

5. Ativos intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo em 01/01/2021	Aquisições / Aumentos	Saldo em 31/12/2021
Custo			
Outros ativos intangíveis	18.692,10	-	**18.692,10**
Total	**18.692,10**	-	**18.692,10**
Amortizações acumuladas			
Outros ativos intangíveis	7.583,84	1.382,60	**8.966,44**
Total	**7.583,84**	**1.382,60**	**8.966,44**
		Quantia escriturada	**9.725,66**

Descrição	Saldo em 01/01/2020	Saldo em 31/12/2020
Custo		
Outros ativos intangíveis	18.692,10	18.692,10
Total	**18.692,10**	18.692,10
Amortizações acumuladas		
Outros ativos intangíveis	7.583,84	7.583,84
Total	**7.583,84**	**7.583,84**
	Quantia escriturada	**11.108,26**

6. Inventários

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica "*Inventários*" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01/01/2021	Compras	Inventário em 31/12/2021	CMVMC em 2021
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	4.015,24	106.736,80	**4.529,71**	106.222,33
Total	**4.015,24**	**106.736,80**	**4.529,71**	**106.222,33**

Descrição	Inventário em 01/01/2020	Compras	Inventário em 31/12/2020	CMVMC em 2020
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	6.174,28	96.218,86	**4.015,24**	98.377,90
Total	**6.174,28**	**96.218,86**	**4.015,24**	**98.377,90**

7. Créditos a receber

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica *"Créditos a receber"* encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Clientes e Utentes c/c	**18.804,96**	**17.845,57**
Utentes	18.804,96	17.845,57
Total	**18.804,96**	**17.845,57**

8. Estado e outros Entes Públicos

A rubrica de *"Estado e outros Entes Públicos"* está dividida da seguinte forma:

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado	9.337,49	48,07
Total	**9.337,49**	**48,07**
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares	23.198,50	23.822,75
Segurança Social	90.985,54	85.659,85
Outros Impostos e Taxas	2.762,01	2.225,96
Total	**116.946,05**	**111.708,56**

9. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a rubrica *"Diferimentos"* englobava os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Gastos a reconhecer		
Seguros	7.458,95	13.338,99
Total	**7.458,95**	**13.338,99**
Rendimentos a reconhecer		
Rendas	1.760,00	1.780,00
Total	**1.760,00**	**1.780,00**

10. Outros ativos correntes

A rubrica *"Outros ativos correntes"* tinha, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Entidades devedores por subsídios	1.859,00	22.432,87
Fundo de Comparticipação Financeira	-	-
Segurança Social		22.432,87
RMMG-IAPMEI	1.859,00	22.432,87
Outros devedores	1.255,00	360,00
Perdas por Imparidade	-	-
Total	**3.114,00**	**45.225,74**

11. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de "*Caixa e Depósitos Bancários*", a 31 de dezembro de 2021 e de 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Caixa	2.992,49	312,20
Depósitos à ordem	543.326,16	503.006,77
Total	**546.318,65**	**503.318,97**

12. Fundos patrimoniais

Nos "*Fundos Patrimoniais*" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01/01/2021	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31/12/2021
Fundos	25.535,28	-	-	25.535,28
Resultados transitados	1.636.776,71	204.219,29	-	1.840.996,00
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	541.954,50	-	16.019,36	525.935,14
Resultado líquido do período	204.937,51	147.872,39	204.937,51	147.872,39
Total	**2.409.204,00**	**352.091,68**	**220.956,87**	**2.540.338,81**

Descrição	Saldo em 01/01/2020	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31/12/2020
Fundos	25.535,28	-	-	25.535,28
Resultados transitados	1.589.370,48	47.406,23	-	1.636.776,71
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	557.973,86	-	16.019,36	541.954,50
Resultado líquido do período	47.406,23	204.937,51	47.406,23	204.937,51
Total	**2.220.285,85**	**252.343,74**	**63.425,59**	**2.409.204,00**

13. Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais

Saldos desta rubrica, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, apresentavam-se como segue:

Descrição	Saldo em 01/01/2021	Diminuições	Saldo em 31/12/2021
Subsídios ao investimento	541.954,50	16.019,36	525.935,14
Fundo Socorro Social	237.373,75	7.957,53	229.416,22
Pares	304.580,75	8.061,83	296.518,92
Total	**541.954,50**	**16.019,36**	**525.935,14**

Descrição	Saldo em 01/01/2020	Diminuições	Saldo em 31/12/2020
Subsídios ao investimento	557.973,96	16.019,36	541.954,50
Fundo Socorro Social	245.331,38	7.957,53	237.373,75
Pares	312.642,58	8.061,83	304.580,75
Total	**557.973,96**	**16.019,36**	**541.954,50**

14. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a entidade apresentava os seguintes valores relativos a "*Financiamentos obtidos*":

Descrição	31-12-2021			31-12-2020		
	Não Corrente	Corrente	Total	Não Corrente	Corrente	Total
Empréstimos Bancários	144.641,91	24.626,19	**169.268,10**	169.956,69	23.937,60	**193.894,29**
Total	**144.641,91**	**24.626,19**	**169.268,10**	**169.956,69**	**23.937,60**	**193.894,29**

Os prazos de reembolso dos empréstimos bancários são os seguintes:

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
	Capital	Capital
Até um ano	24.626,19	23.937,60
De um a cinco anos	144.641,91	169.956,69
Total	**169.268,10**	**193.894,29**

15. Fornecedores

O saldo da rubrica de "*Fornecedores*" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Fornecedores c/c	50.000,84	45.016,22
Total	**50.000,84**	**45.016,22**

16. Outros passivos correntes

A rubrica de "*Outros passivos correntes*" é discriminada da seguinte forma:

Descrição Outras dívidas a pagar	31-12-2021	31-12-2020
Credores por acréscimos de gastos	407.046,90	396.457,63
Remunerações a liquidar	407.046,90	396.457,63
Total	**407.046,90**	**396.457,63**

17. Vendas e serviços prestados

Para os períodos de 2021 e de 2020 foram reconhecidos os seguintes valores relativos a *"Serviços Prestados:"*

Descrição	2021	2020
Matriculas e Mensalidades	750.570,59	763.429,76
Total	**750.570,59**	**763.429,76**

Descrição	2021	2020
Creches	349.411,21	371.573,55
Jardim de Infancia	265.979,12	271.741,97
Atividades de Tempos Livres	88.256,71	76.030,44
Centros de apoio ocupacional	45.441,55	42.586,80
Quotizações	1.482,00	1.497,00
Total	**750.570,59**	**763.429,76**

18. Subsídios, doações e legados à exploração

Em 2020 e 2019, a decomposição da rubrica de "*Subsídios, doações e legados à exploração*" era a seguinte:

Descrição	2021	2020
Subsídios do Estado e outros entes públicos	2.211.869,34	2.060.788,99
Fundo de Compensação Financeira	81.908,40	69.273,12
resi	-	3.286,54
CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA	40.000,00	-
INR	1.827,89	-
IEFP	92.695,93	-
RMMG	1.859,00	-
ADAPTAR SOCIAL	5.064,55	-
EDP	-	10.000,00
Total	**2.435.225,11**	**2.143.348,65**

19. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "*Fornecimentos e serviços externos*" nos períodos de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Serviços especializados	52.025,00	58.230,48
Trabalhos Especializados	36.587,85	30.406,89
Conservação e reparação	12.824,20	14.678,02
Honorários	2.613,75	5.190,60
Materiais	10.074,04	9.559,55
Energia e fluidos	84.724,92	82.111,87
Deslocações, estadas e transportes	5.071,91	60,18
Serviços diversos (*)	88.029,53	85.115,23
Limpeza e Higiene	36.852,94	40.258,19
Material Didatico	16.883,80	13.084,59
Comunicação	5.998,75	8.188,91
Total	**239.925,40**	**235.077,31**

(*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

20. Gastos com o pessoal

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2021 e de 2020, foram 7 em ambos os anos. Os órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2021 foi de 158 e em 2020 foi de 156.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações do pessoal	2.064.902,89	1.904.215,13
Encargos sobre as remunerações	391.315,85	372.885,44
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	26.402,41	31.904,44
Outros gastos com o pessoal	111.607,10	15.008,70
Total	**2.594.228,25**	**2.324.013,71**

21. Outros rendimentos

A rubrica de "*Outros rendimentos*", nos períodos de 2021 e de 2020 encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Rendimentos suplementares	23.136,35	20.932,71
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	20.740,00	21.310,00
Outros rendimentos (*)	17.804,78	21.110,19
Subsidios para investimentos	16.019,36	16.019,36
Correções relativas a periodos antriores	1.785,42	5.090,83
Outros		-
Total	**61.681,13**	**63.352,90**

(*) Discriminadas as duas rubricas de maior valor por ordem decrescente

22. Outros gastos

A rubrica de "*Outros gastos*", nos períodos de 2021 e de 2020, encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Outros gastos (*)	41.641,44	3.342,61
Correções relativas a periodos anteriores	37.265,75	-
Outros	658,61	1.347,49
Condominios	3.717,08	1.995,12
Total	**41.641,44**	**3.342,61**

(*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

23. Resultados financeiros

Nos períodos de 2021 e de 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2021	2020
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	4.041,84	5.013,41
Total	**4.041,84**	**5.013,41**
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	83,16	83,16
Total	**83,16**	**83,16**
Resultados financeiros	**(3.958,68)**	**(4.930,25)**

24. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do art.º 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2021 e 2020, foram de 3.321,00€ (IVA incluído) em cada um dos períodos, referentes exclusivamente a serviços de revisão legal das contas.

25. Impacto da Covid-19

Os anos de 2020 e de 2021 ficam marcados por uma crise pandémica, a escala mundial, originada pelo aparecimento e disseminação do vírus SARS-CoV-2 (Covid-19). Esta crise desencadeou significativos impactos negativos em termos humanos, sociais, económicos e financeiros.

A atividade económica foi sujeita a medidas restritivas governamentais que foram implementadas como forma de contenção do nível de contágios do vírus. Estas medidas limitaram a atividade das diferentes economias e respetivo tecido empresarial, gerando degradação do nível de atividade e consequente deterioração dos níveis de rendibilidade.

Neste contexto e considerando os impactos ocorridos, a Entidade mantem medidas de contingência e de prevenção, e os outros mecanismos disponíveis que visam minimizar os impactos negativos potenciais para a Entidade, para os colaboradores e para as PME.

26. Acontecimentos após data de Balanço

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se verificaram quaisquer factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Direção em 21 de março de 2022.

Braga, 21 de março de 2022

A Direção

A Contabilista Certificada, n.º 55.926

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

jmm SROC

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **ASSOCIAÇÃO DA CRECHE DE BRAGA**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total 3.285.360,70 euros e um total de fundos patrimoniais de 2.540.338,81 euros, incluindo um resultado líquido do período de 147.872,39 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e o anexo - que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas -, relativas ao ano findo naquela data.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **ASSOCIAÇÃO DA CRECHE DE BRAGA** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subsequentes subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Braga, 25 de março de 2022.

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC
Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
Representada por Mário da Cunha Guimarães, ROC
Registo na OROC n.º 1159 | Registo na CMVM n.º 20160771